

ELEIÇÕES

Pacheco mira no governo de Minas

Senador se filia ao PSB, mas nega ter definido candidatura ao comando do estado. Expectativa é de que o parlamentar ajude a fortalecer a campanha de Lula à reeleição

» RAPHAEL PATI

O ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (MG) se filiou, ontem, ao PSB, num evento em Brasília com a presença do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e do presidente da sigla, João Campos. A expectativa é de que o senador dispute o governo de Minas Gerais e ajude a fortalecer, no estado, a candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição.

Pacheco, porém, preferiu não adiantar uma decisão. Disse que a escolha de um nome alinhado a Lula caberá “aos agentes políticos” do estado. “Nós temos a vaga de governador, vice-governador, as vagas de senador da República, e eu quero dizer que o PSB estará participando através do governo, do partido e com a minha presença nessa discussão, com um contrato para Minas Gerais num caminho diferente do atual”, afirmou o senador.

O senador destacou que Minas ainda possui diversos desafios nas áreas de saúde, educação, cultura e ciência, e que a intenção é unir o grupo progressista em um único projeto. “Então é um grande desafio e demanda muita maturidade, muita responsabilidade, e a união de agentes políticos em torno de um projeto comum”, frisou. “Nós temos muitos desafios no Senado para com o país, de muitos projetos ainda pendentes que precisam evoluir mesmo nesse processo eleitoral”, acrescentou.

O parlamentar, que deixou o PSD, citou a pandemia e os atos violentos de 8 de janeiro como momentos em que esteve ao lado do antigo partido. Ele deixou a sigla após quatro anos e meio. Antes de se filiar oficialmente ao PSB, chegou a abrir conversas com o União Brasil, mas a negociação não prosperou em virtude de a legenda ainda estar dividida entre ficar neutra ou apoiar o pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais.

Pacheco é mais um dos nomes conhecidos nacionalmente que passam a integrar o quadro do PSB meses antes das eleições. Além dele, a ex-ministra do Planejamento Simone Tebet anunciou filiação ao

Reprodução/Instagram



Pacheco com João Campos: senador disse que o PSB tem um histórico de luta contra o totalitarismo



O negacionismo se apresenta como um risco, o totalitarismo se apresenta como um risco. E os democratas deste país precisam se juntar, se agregar para poder fazer esse enfrentamento”

Rodrigo Pacheco (PSB-MG), senador

Crítica ao totalitarismo

Em tom eleitoral, Pacheco disse que a defesa da democracia passou a ser sua “causa de vida” e falou ser necessária a união dos “democratas” para lutar contra movimentos totalitaristas. Ele destacou que o PSB tem um histórico de luta contra o totalitarismo e citou as posições do partido contra a tentativa de golpe de Estado em 2023 e ante a defesa do bolsoneirismo contra a vacina contra covid-19.

partido recentemente.

O presidente da sigla, João Campos, que deve anunciar hoje a saída da prefeitura do Recife para concorrer ao governo de Pernambuco, elogiou o novo filiado e disse

que Pacheco poderá ficar “muito à vontade” dentro do PSB. “O senhor é muito bem-vindo ao nosso partido, e a gente sabe a importância para a vida brasileira dessa filiação”, enfatizou.

Saiba mais

Processo de convencimento

O convite para o senador Rodrigo Pacheco (MG) se filiar ao PSB foi feito num jantar com o vice-presidente Geraldo Alckmin; com o presidente da sigla, João Campos; e com o ex-presidente da legenda Carlos Siqueira, na semana passada. O argumento usado pelos socialistas para tentar convencer o parlamentar foi de que, diferentemente de outros partidos em Minas, o PSB estaria fechado em torno de sua candidatura ao governo estadual.

O raciocínio visava demonstrar-lhe a ideia de embarcar em outros partidos, como o MDB, que tem como pré-candidato o ex-presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Gabriel Azevedo. A costura teve êxito.

Lula sobre Ciro: “Destemperado”

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no Ceará, ontem, e disparou ataques contra o favorito do momento para assumir o governo estadual: seu ex-ministro Ciro Gomes (PSDB). Para o petista, Ciro é “muito destemperado”, compra brigas desnecessárias e troca de partido com muita frequência. Apesar das críticas, frisou que o antigo aliado foi um bom ministro em seu primeiro mandato, e ainda pode contribuir para o país.

Em entrevista a uma rede de televisão local, o chefe do Executivo comentou sobre o cenário eleitoral cearense, e reforçou o apoio à reeleição de Elmano de Freitas (PT). Admitiu, ainda, que o PT terá que fazer alianças com outros grupos políticos no estado e deve ceder vagas ao Senado.

“O Ciro é muito destemperado. Sabe aquela pessoa que acha que o partido não vale nada?”, acrescentou. Ciro era filiado ao PDT, sigla pela qual disputou as eleições presidenciais em 2018 e em 2022. Após racha com o diretório do partido no Ceará, aliado de Lula, deixou a sigla e foi para o PSDB, em outubro do ano passado. Apesar das críticas, Lula frisou que “nunca falou mal” de Ciro e disse que o antigo aliado foi um bom ministro da Integração Nacional. O presidente comentou ainda

Ricardo Stuckert / PR



Lula participou de evento em Fortaleza: críticas a seu ex-ministro

Sabe aquela pessoa que acha que o partido não vale nada?”, acrescentou.

Ciro era filiado ao PDT, sigla pela qual disputou as eleições presidenciais em 2018 e em 2022. Após racha com o diretório do partido no Ceará, aliado de Lula, deixou a sigla e foi para o PSDB, em outubro do ano passado.

Apesar das críticas, Lula frisou que “nunca falou mal” de Ciro e disse que o antigo aliado foi um bom ministro da Integração Nacional. O presidente comentou ainda

que o ex-ministro da Educação Camilo Santana, que deixou a pasta recentemente, era aliado de Ciro. Atualmente, Camilo é alvo de críticas constantes do tucano.

“Eu lembro que o Camilo acreditava tanto no Ciro que o Camilo levou o Ciro para conversar comigo em São Paulo. O Camilo achava que eu que era ruim, e o Ciro era bom. Ele agora está vendo o que aconteceu com ele”, acrescentou o presidente.

Ciro lidera as pesquisas de opinião. Levantamento da AtlasIntel

divulgado ontem mostra o tucano com 50,1% das intenções de voto em um eventual segundo turno contra Elmano, que pontua com 42,9%. Contra Camilo Santana, Ciro venceria por margem menor, com 48,4% contra 45,2%, respectivamente.

O chefe do Executivo chegou a cogitar, nos bastidores, colocar Camilo na disputa, a depender do desempenho eleitoral. Questionado sobre a possibilidade, Lula reforçou o apoio a Elmano e sugeriu que o ministro tem outras missões a cumprir no pleito — deve atuar na campanha estadual, e deixa a pasta nesta semana.

“O dado concreto é que o Elmano é um bom governador, é um companheiro que está cumprindo aquilo que foi determinado para ele cumprir, o programa de governo. Nós temos, em nível federal, trabalhado muito com o governo do estado”, enfatizou. “Acho que o Elmano merece ser candidato, tem todas as condições, vai ser reeleito governador. E eu acho que o Camilo tem outros voos para fazer”, emendou.

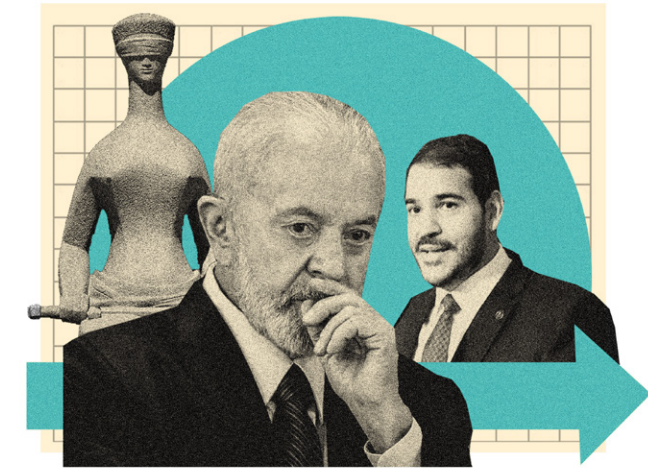
Na avaliação de Lula, há poucas chances de mudança na estratégia cearense. “Se depender do que eu leio em Brasília, (o cenário) está definido. A não ser que apareça uma figura como o Trump de repente por aqui, fazendo algum desastre.”

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Bônus e ônus para Lula da indicação de Messias ao STF

A indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, às vésperas da campanha eleitoral, tem bônus e ônus. Ocorre num cenário político-institucional delicado, com a Corte muito desgastada por causa do envolvimento dos ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli com o Banco Master, e dividida quanto à condução desse processo pelo novo relator do caso, ministro André Mendonça — sem falar no racha entre os ministros quanto à aprovação de um Código de Ética para a magistratura. A eventual aprovação do nome de Messias reforçará a associação da imagem da Corte à de Lula, que passaria a ter três ministros, com Cristiano Zanin e Flávio Dino, fortemente ligados ao seu governo. Isso produz efeitos ambíguos, com ganhos políticos na relação com os demais poderes, porém, sob desgastes eleitorais imprevisíveis.

A escolha de Messias atende a um critério clássico de confiança política, muito mais do que o notório saber jurídico, que virou uma licença poética na aprovação de nomes para a Corte pelo Senado. Diferentemente de indicações mais “independentes” dos primeiros mandatos, a partir de critérios identitários raciais e de gênero, Lula opta por alguém com trajetória administrativa consolidada dentro do Estado e alinhamento direto com seu projeto. Messias construiu a carreira na Advocacia-Geral da União (AGU), ocupou funções técnicas e políticas em diferentes governos petistas e, desde 2023, atua como principal defensor jurídico do governo federal. Essa trajetória sugere um ministro previsível com visão jurídica afinada com a agenda do Executivo, especialmente em temas como políticas públicas, regulação econômica e prerrogativas da União.

Sua formação acadêmica e experiência no Banco Central, no BNDES e na Casa Civil conferem densidade técnica à indicação, o que facilita sua defesa na sabatina do Senado. Além disso, ao indicar alguém de dentro da AGU, Lula reforça a tradição de ministros oriundos dessa carreira, como Gilmar Mendes, Dias Toffoli e André Mendonça, indicados respectivamente por Fernando Henrique Cardoso, Lula e Jair Bolsonaro.

No entanto, os custos potenciais são expressivos. O principal deles é o reforço da narrativa — já disseminada na opinião pública e explorada pela oposição — de que o STF estaria com uma atuação governista. Para o cidadão comum, como você observa, a separação entre os Poderes é frequentemente abstrata. Executivo, Legislativo e Judiciário tendem a ser percebidos como partes de um mesmo sistema, cujo desempenho global recai, em última instância, sobre a liderança presidencial. Nesse sentido, ao ampliar o número de ministros identificados com Lula, o governo assume o risco de “internalizar” o desgaste do próprio Supremo.

Esse risco é particularmente sensível num momento em que o STF enfrenta críticas relacionadas à sua atuação política, ao protagonismo em temas legislativos e a controvérsias envolvendo investigações e decisões monocráticas. Ao associar ainda mais a Corte ao governo, a indicação de Messias pode produzir um efeito de contaminação cruzada: desgastes do STF passam a atingir Lula e crises do governo passam a repercutir diretamente na imagem do Supremo. O cidadão comum acredita que o presidente da República é que deveria pôr ordem na casa.

Barganha política

Outro ponto crítico é a reação do Senado. A tramitação já enfrentou resistências lideradas por Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado, que chegou a avisar que seguraria o processo. Aparentemente esse atrito foi superado. Na verdade, a aprovação do nome de Messias é uma moeda de troca de Alcolumbre e seus aliados na reorganização do governo, devido à saída de 14 ministros que disputarão as eleições. Por outro lado, uma aprovação apertada ou conflituosa pode fragilizar ainda mais a legitimidade do indicado na sua chegada ao Supremo. Nada que não seja superável, porém somente, ao longo do tempo, com a atuação do novo ministro, ou seja, após as eleições.

Messias carrega no passivo de imagem o episódio de 2016, quando seu nome apareceu em interceptações telefônicas no contexto da crise do impeachment de Dilma Rousseff, o que o tornou conhecido nacionalmente como um assessor zeloso, que cumpre qualquer tarefa. Embora isso não desabone sua capacidade jurídica, o fato é sempre lembrado pela oposição e reforça sua identificação com o núcleo político do lulismo, o que dificulta a construção de uma imagem de independência no início de sua atuação no STF.

Com a indicação de Messias, Lula busca previsibilidade decisória e alinhamento em temas sensíveis, mas pode estar contribuindo para aprofundar uma politização do Supremo e a judicialização da política. Em um cenário de polarização intensa, no qual o principal adversário — representado por Flávio Bolsonaro — explora justamente a crítica às instituições, esse movimento pode ter efeitos eleitorais deletérios.

Entretanto, a aprovação de Messias para o Supremo só não são favas contadas porque o jogo é casado com a reforma ministerial. Entretanto, os interesses políticos e o contexto eleitoral de Alcolumbre no Amapá reforçam sua aproximação com Lula. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, onde ocorrerá a sabatina, o senador Otto Alencar (PSD-BA) pretende colocar o nome de Messias na pauta assim que receber a indicação.